República Democrática de São Tomé e Príncipe
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

PARFIP II

Relatório Trimestral

Implementação das Reformas
da Gestão das Finanças Públicas

3º Trimestre de 2023
(Julho Agosto-Setembro)

São Tomé
Novembro de 2023

GARFIP

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(Unidade-Disciplina-Trabalho)
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Estratégia das Reformas da Gestão das Finanças Públicas

ERGFP

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

Relatório Trimestral das Reformas
RTR T3-2023

São Tomé, Novembro 2023
GARFIP
Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Índice

Índice 2

LISTA DE ABREVIATURAS 4

RESUMO EXECUTIVO 6

I. INTRODUÇÃO 11

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 3º Trimestre do Ano 2023 14

PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas 14
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP 15
B.4. Formação para a implementação das reformas 15
B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II 15

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Política 16
1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado 16
1.2 Previsões macro-fiscais sólidas 16

PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita 18
2.1 Modelo de Gestão com Base em Resultados 18
2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA 19
2.3 Melhoria da Gestão da Receita 21
2.4 Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe 21
2.6 Auditoria Fiscal 23
2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados 23

PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria 24
3.1 Modernização da Gestão da dívida pública 24
3.2 Tesouraria 25

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas 26

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento 28
5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada 28
5.3 Sistema de M&A funcional 30
5.4 Alocação de Recursos optimizada 31
5.5 Quadro Global da APD melhorado 31

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna 32
6.3 Gestão do pessoal melhorado 32
6.4 Estrutura do pessoal racionalizado 34
6.5 Sistema de informação da administração pública funcional 34
Está programada a realização desta acção para o próximo trimestre 34
6.6 Abrangência da auditoria interna alargada 35
6.8 Sistemas de informação funcionais 37

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais) 38
7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida 38
7.3 Produção atempada de Relatórios 39

PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa 40
8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada 40
8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais 41
8.3 Cobertura da auditoria aumentada 42
8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada 42

8.5 Escrutínio das OSCs funcional _____ 43

III. PARFIP II –Execução do Orçamento – T3 de 2023 _____ 44

IV. Próximos passos _____ 47

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
AN	Assembleia Nacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DT	Direcção de Tesouro
DUE	Delegação da União da Europeia
DUCE	Documento Único de Cobrança do Estado
EPs	Empresas Públicas
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GEPE	Gabinete de Estudos e Políticas Económicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GUCE	Guiché Único para Comércio Externo
IGF	Inspecção-Geral das Finanças
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
OCAM	Plano de Contas
OGE	Orçamento Geral do Estado
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OTOCA	Ordem de Técnicos Oficiais de Contas e Auditores
PAGEF	Projecto de Apoio a Gestão Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
RAP	Região Autónoma do Príncipe
REOs	Relatórios Orçamentais
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado – electrónico
SIGESA	Software/Sistema de Processamento de Salário
SISA	Sistema de Gestão de Ajudas
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro-fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Fundamentação

A fim de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP), a ser implementada durante o período 2020-2023,para reforçar a disciplina fiscal agregada, alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços, suportada pela seguinte visão da GFP "uma Gestão das Finanças Públicas do País efectiva, transparente e responsável", cuja operacionalização se declina em 8 programas operacionais, concretizados pelo Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

O presente relatório apresenta o ponto de situação das actividades previstas das Reformas da Gestão das Finanças Públicas programadas para o terceiro trimestre do exercício económico de 2023, no quadro do PARFIP II.

Contexto Económico

A persistência da inflação a nível mundial e a implementação de políticas monetárias mais restritivas resultaram em maiores custos de financiamento e exercem uma pressão sobre as taxas de câmbio. As reservas internacionais líquidas (RIL) mantêm-se em patamares reduzidos devido a uma maior dependência do financiamento baseado no apoio dos principais parceiros, associado a uma diminuição a longo prazo nos orçamentos de ajuda ao desenvolvimento provenientes desses mesmos parceiros.

Assim, a economia nacional, que já enfrenta desequilíbrios macroeconómicos consideráveis, encontra-se ainda mais afectada, num quadro em que a demora na finalização do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem conduzido a escassez de financiamento. Este cenário reduz o poder de compra das famílias, penaliza de forma significativa os estratos mais vulneráveis da sociedade e amplifica as tensões sociais.

Para o ano de 2023, a perspectiva de crescimento real da economia de São Tomé e Príncipe foi revista em baixa, acompanhada de u nível de inflação superior ao previsto. No que se refere às finanças públicas, o saldo primário doméstico em % do PIB situou-se 2,0%, praticamente em linha com o inicialmente previsto. A nível das receitas é de destacar o nível de arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que em Setembro atingia uma taxa de execução de 85% do previsto.

Implementação das Reformas de GFP

A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) demonstra as pretensões do País no sentido de reforçar os sistemas de governação no que toca à GFP. Esta nova estratégia associada ao PARFIP II, introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, e manter a disciplina fiscal. Assim, no 3º trimestre de 2023, observou-se a continuidade das acções iniciadas em 2023, bem como a maioria das actividades previstas para este período, seja as com financiamento garantido, ou seja, as para as quais o

financiamento está próximo, estando todas alinhadas com o Plano de Actividade para 2023, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

No cômputo geral, as acçõesdoPlanodeActividadesdoPARFIPIIpara3ºtrimestrede2023,foramimplementadasaumritmomuito baixo.

No entanto, no mês de Setembro foram realizadas duas acções de formação muito importantes dirigida às Câmaras Distritais (CD's) e a Região Autónoma do Príncipe, organizado pelo GARFIP e a Direcção de Contabilidade Pública (DCP), com o apoio da AT da UE ao GARFIP, tiveram como objectivo principal a melhoria dos mecanismos de prestação de contas das CD's e da RAP, aumentando igualmente a fiabilidade da informação financeira, o que aceleraria o processo de consolidação e emissão da CGE de maneira atempada. Estas acções além de tratarem dos mecanismos de prestação de contas, serviram como elemento de sensibilização da utilização da prestação das contas para o reforço da transparência, a responsabilização para o fortalecimento da governança local e a promoção da participação cidadã no processo de tomada de decisões. Estas formações tiveram lugar na Cidade de São Tomé, para as Câmaras Distritais (CD's) e na Cidade de Santo António, para o Governo regional do Príncipe.

De modo geral, os avanços das actividades estão resumidos no quadro seguinte, por programa operacional (PO):

Quadro 1. Progresso do Plano de Actividades do PARFIP II (T3 -2023)

Conforme previsto	**Atraso**
Projecções macroeconómicas (PO.1.2) Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional (PO.1.3) Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados (PO.6.1) Controles Internos reforçados (PO.6.2) Qualidade da auditoria interna reforçada (PO.6.3) Qualidade da auditoria externa ampliada (PO.8.1) Escrutínio parlamentar efectivo (PO.8.3)	Integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1) Aumento dos recursos internos (PO.2.1) Auditoria com base no risco (PO.2.3) Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais (PO.3.1) Gestão da tesouraria reforçada (PO.3.3) Sistema de Investimento Público aprovado (PO.5.1) Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos (PO.5.2) Gestão, execução e monitoria do investimento (PO.5.3) Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida (PO.7.1) Utilização de normas internacionais (PO.7.2) Informação financeira atempada (PO.7.3) Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado (PO.8.2)
Atraso menor	**Atraso substancial**
Cobrança dos impostos e taxas melhorada (PO.2.2) Gestão da dívida reforçada (PO.3)	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada (PO.4.1) Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada (PO.4.2)

Coordenação e Monitorização das Reformas GFP.
Durante este trimestre, para além das suas actividades de rotina, o GARFIP concluiu e submeteu para aprovação, pelo Comité de Direcção, o Relatório Trimestral das Reformas relativo ao 2º Trimestre de 2023 (RTR T2-2023*);*

Sucessos e Desafios das reformas GFP

Durante o T3-2023, a implementação das reformas GFP foi impactada pela influência de vários factores, tais como:

Factores de sucesso

1. Fortalecimento institucional sólido para a implementação e a monitoria das reformas, com a coordenação do GARFIP, a participação activa e a formação dos PF's;
2. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PF's e dos técnicos do Governo da área da GFP;
3. Criação e funcionamento regulare satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicas;
4. Apoio sólido e pró-activo da assistência técnica GFP da DUE ao GARFIP.

Desafios:

1. Atrasos na formalização de vários instrumentos como leis, despachos e orgânicas pelo Governo;
2. Processos mais longos para a actualização da Lei SAFE, a actualização e/ou a substituição do SAFE-e;
3. Recursos limitados do Estado e dos Parceiros para financiar as reformas do PARFIP II, com impacto directo nos indicadores do PEFA;
4. Informação muito limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos, impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo e a realização de planos de actividades e orçamentos plurianuais das reformas da GFP fiáveis;
5. Integração de novos técnicos na equipa do GARFIP, o que requer capacitação e formações técnicas nas áreas de actuação.

Perspectivas das Reformas GFP

Tendo em conta que, as acções planeadas para o resto do ano 2023 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, e que o período de validade da ERGFP chega a seu termo no final de 2023, dos Parceiros no quarto trimestre do ano está prevista a actualização da Estratégia das Reformas GFP e do seu plano de acção para o período 2024-2026.

Principais Recomendações

A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e o atingir os objectivos da Reformas, as seguintes acções são recomendadas:

a) Actualização e a modernização da lei SAFE;
b) Melhoria e respeito dos procedimentos durante a execução do orçamento e a contabilização das despesas;
c) Melhoria dos prazos e da qualidade da prestação de contas das CD's, da RAP e dos Fundos e Serviços autónomos;
d) Substituição do sistema electrónico nacional SAFE-e e a sua descentralização simultânea, para as CD's, a RAP e Fundos e Serviços autónomos;
e) Apoio ao TC no processo de melhoria dos seus procedimentos para a auditoria da CGE de maneira atempada e conforme as melhores práticas internacionais;
f) Melhoria da governança do sector empresarial do Estado e actualização do quadro institucional da DT para que cumpra as suas funções de accionista do Estado e aimplementaçãodasrecomendaçõesconstantesdosrelatóriosdeauditoriaefectuadosàscontasdasEPs;
g) Retoma do processo de capacitação da equipa da DT que acompanha as EP's e de elaboração dos relatórios anuais sobre o desempenho do sector empresarial do Estado;
h) Iniciar a actualização da ERGFP e do PARFIP para o período 2024-2026, na sequência das instruções de S.E. o MPFEA.

_____//_____

I.INTRODUÇÃO

Fundamentação

A fim de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP), a ser implementada durante o período 2020-2023, para reforçar a disciplina fiscal agregada, alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços, suportada pela seguinte visão da GFP "uma Gestão das Finanças Públicas do País efectiva, transparente e responsável", cuja operacionalização se declina em 8 programas operacionais, concretizados pelo Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

O presente relatório apresenta o ponto de situação das actividades previstas das Reformas da Gestão das Finanças Públicas programadas para o terceiro trimestre do exercício económico de 2023, no quadro do PARFIP II

Contexto Económico

A persistência da inflação a nível mundial e a implementação de políticas monetárias mais restritivas resultaram em maiores custos de financiamento e exercem uma pressão sobre as taxas de câmbio. As reservas internacionais líquidas (RIL) mantêm-se em patamares reduzidos devido a uma maior dependência do financiamento baseado no apoio dos principais parceiros, associado a uma diminuição a longo prazo nos orçamentos de ajuda ao desenvolvimento provenientes desses mesmos parceiros.

A demora no estabelecimento do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem conduzido a escassez de financiamento, a qual tem impactado na execução do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023 bem como no nível das Reservas Internacionais Líquidas. Como resultado, a economia nacional, que já enfrenta desequilíbrios macroeconómicos consideráveis, encontra-se ainda mais afectada. Este cenário reduz o poder de compra das famílias, penaliza de forma significativa os estratos mais vulneráveis da sociedade e amplifica as tensões sociais.

Para o ano de 2023, a perspectiva de crescimento real da economia de São Tomé e Príncipe foi revista em baixa, acompanhada de u nível de inflação superior ao previsto. No que se refere às finanças públicas, o saldo primário doméstico em % do PIB situou-se 2,0%, praticamente em linha com o inicialmente previsto. A nível das receitas é de destacar o nível de arrecadação do IVA, que em Setembro atingia 85% do previsto no orçamento.

Com vista a continuar a apoiar os esforços de recuperação e de reformas estruturais de São Tomé e Príncipe, o Banco Mundial está a apoiar o país com uma Operação de Política de Desenvolvimento (apoio orçamental) no valor de 15 milhões de dólares, que irá impulsionar os esforços do governo para o alcance da estabilidade macroeconómica

e continuará a ajudar o governo na implementação de reformas fundamentais visando alcançar-se um crescimento económico robusto, a criação de emprego e o desenvolvimento do capital humano através do reforço da mobilização das receitas internas, da estabilidade do sector financeiro, da sustentabilidade e estabilidade do sector da energia e do reforço do sistema de protecção social.

O DPO aprovado, o terceiro de uma série de três, continuará a ajudar o governo na implementação de reformas fundamentais destinadas a alcançar um crescimento económico robusto, a criação de empregos e o desenvolvimento do capital humano por meio do fortalecimento da mobilização de receitas domésticas, da estabilidade do sector financeiro, da melhoria da sustentabilidade da estabilidade do sector eléctrico e do fortalecimento do sistema de protecção social.

Objectivo do relatório

O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 3º trimestre do ano, ou seja, de Julho a Setembro de 2023.

A estrutura do relatório

O presente relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2023, estando o documento estruturado em quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no 3º trimestre do ano 2023**, dos Programas operacionais, alinhados aos oito objectivos programáticos e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta, na medida das restrições de informação, a **execução financeira do T3-2023** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

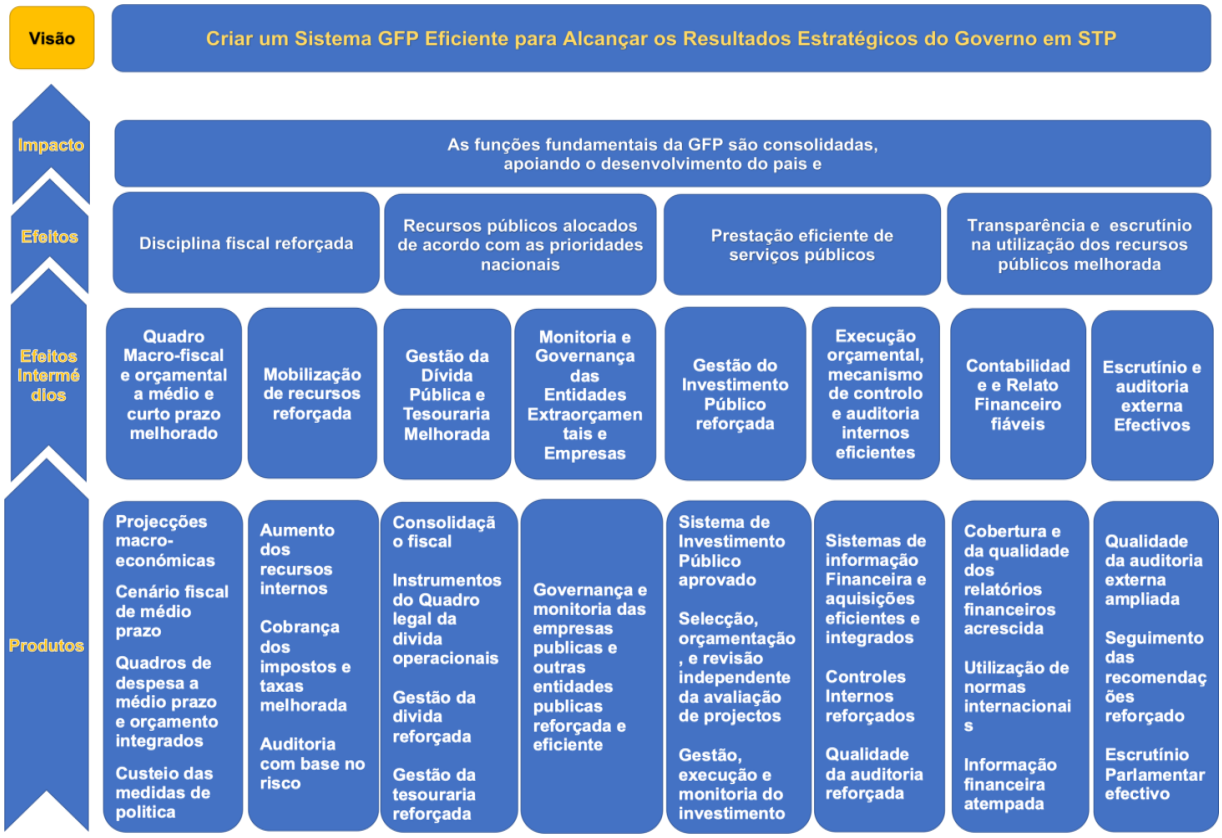
Estratégia das reformas da gestão das finanças públicas

A ERGFP encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

O objectivo específico da ERGFP e do PARFIP II, com base na visão de uma Gestão das Finanças Públicas do País efectiva, transparente e responsável, ela declina-se à volta dos seguintes programas operacionais: 1. Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas; 2. Melhoria do processo gestão e arrecadação da receita; 3. Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria; 4. Elaboração dos mecanismos de Monitoria e de Governança das Entidades Extra orçamentais e Empresas Publicas; 5. Optimização da gestão do Investimento; 6.

Melhoria da execução orçamental, e alargamento da abrangência dos controlos e da auditoria interna; 7.Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais. 8.Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



Ritmo de implementação.

Constata-se, no 3º trimestre de 2023, um ritmo baixo de implementação das actividades das Reformas, devido às limitações da disponibilidade dos recursos internos e nos financiamentos externos, bem como a rotação de pessoal induzida pelas eleições do ano 2022.

Coordenação e Monitorização das Reformas GFP

No quadro da implementação da ERGFP, o GARFIP é a direcção dentro do MPFEA, encarregada pela coordenação da implementação, da monitorização e da orientação das reformas GFP.

Para este objectivo o manual de implementação das reformas (MIR) prevê a elaboração dos seguintes documentos: Relatórios Trimestrais das Reformas (RTR) e Relatórios Anuais das Reformas (RAR).

II. ACTIVIDADES DO PARFIPII – 3º Trimestre do Ano 2023

As acções previstas no Plano de Actividades para o 3º trimestre do ano 2023 do PARFIPII, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP), tiveram um ritmo de execução mais lento de que o inicialmente previsto devido ao impacto da tardia aprovação do OGE, limitando assim os recursos internos e externos para o financiamento das reformas.

Em geral, as acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades, financiadas pelos parceiros, não têm impacto imediato na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuou implementação de um piloto, iniciado com a DO e posteriormente expandido a outras Direcções, para se obter "Ganhos Rápidos" no domínio na GFP do País.

A implementação e a monitoria e avaliação das actividades estão ancoradas na estrutura organizacional prevista na ERGFP, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PF's) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional, no Tribunal de Contas, como apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a interacção entre os PF's e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação e a auscultação do ritmo de implementação do PARFIPII, possibilitando a reorientação da implementação do PARFIP II.

PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indirectos consideráveis na implementação com êxito e na monitorização dos demais programas operacionais. Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas, foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

B.1.Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.2 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.

Após as alterações recentes da sua estrutura de pessoal, continua a ser premente a necessidade de dotar o GARFIP de um jurista para apoiar na elaboração e aprovação das novas leis, decretos e circulares na área da GFP, que estão afectos às reformas e de um contabilista para a monitorização da execução financeira e a elaboração das demonstrações financeirasdo PARFIP III

B.4.Formação para a implementação das reformas

B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhadado PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIPI I

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua com o apoio e capacitação à equipa do GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, prestando um serviço de excelência, através de constantes orientações e coordenações na implementação das reformas da GFP, bem como na execução das actividades em curso do PARFIP II.

Durante o terceiro trimestre realizaram-se dois **Ateliers de Transparência, Responsabilização e Prestação de Contas pelas Câmaras Distritais e a Região Autónoma do Príncipe** durante o mês de Setembro, em parceria com a DCP, que tiveram lugar na Cidade de São Tomé, para as Câmaras Distritais (CD's) e na Cidade de Santo António, para o Governo regional do Príncipe.

O objectivo principal destes ateliês foi o reforço do processo de prestação de contas das CD's e da RAP, bem como a apresentação os mecanismos de prestação de contas, isto a fim que a que este processo seja feito de maneira atempada e com maior fiabilidade da informação financeira, o que aceleraria o processo de consolidação e emissão da CGE. Os ateliês serviram como elemento de sensibilização da utilização da prestação das contas para o reforço da transparência, a responsabilização para o fortalecimento da governança local e a promoção da participação cidadã no processo de tomada de decisões.

B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PF's, continuou em um ritmo mais lento durante o trimestre, pela falta de financiamentos dos parceiros externos.
Deste modo, espera-se, posteriormente, uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Política

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macroeconómica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo.
Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atrasado
Produto 2	Projecções macroeconómicas	Conforme previsto
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	Conforme previsto

1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.10. Integração dos marcadores de género no orçamento

Situação actual

A circular orçamental de 2024 estabelece que os Marcadores do Género abrangerão todos os sectores no OGE 2024.

1.2 Previsões macro-fiscais sólidas

1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 ProjecçõesMacro-Económicas e riscos fiscais

Situação actual

Ao longo do III trimestre foram realizadas as seguintes actividades pela UMF:

- Elaboração e aprovação da projecção Macro-fiscal de médio prazo para o período 2024-2026 pela UMF;

- Apresentação e discussão dos pressupostos e os resultados das projecções macroeconómicas e fiscais com FMI;
- Seminário sobre método de projecção das receitas tributárias e aduaneiras. Esta actividade foi desenvolvida com apoio da missão de consultoria técnica contratada pelo Banco Mundial;
- Workshop de capacitação para a utilização dos modelos de projecção das receitas tributárias e aduaneiras. Esta actividade foi desenvolvida com apoio da missão de consultoria técnica contratada pelo Banco Mundial;

Perspectivas

Para IV trimestre está prevista a realização de seguintes actividades:

- Realização dos exercícios de Cenário e Simulações dos impactos de mudanças em variáveis económicas. Esta actividade será desenvolvida com apoio da consultoria técnica contratada pelo Banco Mundial;
- Elaboração do Guia Metodológico das Projecções macro-fiscais. Esta actividade será desenvolvida com apoio da consultoria técnica contratada pelo Banco Mundial;
- Conclusão do relatório de Riscos Fiscais para o Orçamente 2024;
- Conclusão dos relatórios de execução fiscal de I e I Trimestre de 2023.

1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal

Situação actual

Está disponível uma versão preliminar que está sendo actualizado no site MPFEA.

Perspectivas

A conclusão do relatório de Estratégia Fiscal está prevista para o início do ano 2024.

PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão de receita.

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	Atraso menor
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	Atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	Atraso menor

2.1 Modelo de Gestão com Base em Resultados

2.1.1 Actualização de um Plano Estratégico plurianual (2023-2025) para a Direcção dos Impostos

Situação actual

Não foram realizados trabalhos no sentido de se elaborar o plano estratégico plurianual 2023-2025, dado que o foco da atenção da DI concentrou-se na introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Perspectivas:

No 4º trimestre prevê-se que a DI iniciará os trabalhos visando actualizar o seu plano estratégico.

2.1.4 Elaboração e adopção de um modelo de Gestão com foco em resultados

Situação actual

A Direcção dos Impostos desenvolve as suas actividades com base num plano de actividades pré elaborado, o qual espelha e descreve as acções e os objectivos/resultados a alcançar, os responsáveis pela execução, os pontos focais, os prazos e os indicadores de desempenho. Esses objectivos/resultados são mensuráveis já que o plano contém os responsáveis pela execução, os pontos focais, os prazos e os indicadores de desempenho e são monitorizados periodicamente, pelo que se pode considerar que o plano de

actividades da Direcção traduz-se ele próprio num modelo de gestão com foco em resultado.

2.1.7 Revisão do Estatuto Orgânico da DGA

Situação Actual

No terceiro trimestre (T3) deu-se início da revisão do Estatuto Orgânico das Alfândegas.

Perspectivas

Espera-se que a revisão do Estatuto Orgânico das Alfândegas seja concluída no início do T4 do presente ano, após a sua socialização com todos os funcionários aduaneiros, para posterior submissão ao Ministro de tutela.

2.1.7.1. Actualização da pauta aduaneira

Situação Actual

Foi actualizada a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação que corresponde a versão de 2022 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias - SH, bem como a nova Instruções Preliminares da Pauta (IPP).
A introdução de procedimentos céleres, transparentes e rotatividade nos serviços constitui método para imprimir dinâmicas e sobretudo de auto avaliação dos sectores aduaneiros com o intuito de melhor da performance e maximização da arrecadação das receitas.
No Departamento de Antifraude conjugado com o Plano de actividade do sector, elaborou-se o Plano anual de Auditoria, bem como a elaboração do Procedimento Padrão de Auditoria Pós Desalfandegamento com foco no Valor Aduaneiro e o Procedimento Padrão de Gestão de Risco com foco no Despacho estando na fase de validação e a sua efectiva implementação o quarto trimestre (T4).

2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

Situação Actual

Os normativos sobre a aprovação dos modelos electrónicos das declarações do IVA, a instituição da obrigatoriedade do envio da declaração do IVA por transmissão electrónica de dados, a criação da Caixa de Correio Electrónico Fiscal e a alteração do Plano OCAM estão elaborados, já foram aprovados pelo Ministro da tutela e publicado no Diário da República: Decreto-Lei n.º 04/2023, que procede ao Aditamento de Contas, Subcontas e Desdobramentos de Subcontas ao Plano OCAM de Contabilidade Geral das Empresas e das Obrigações na Matéria Contabilística, adoptado pelo Decreto-

Lei n.º 16/94, para Escrituração das Operações do IVA; Decreto n.º 20/2023, que cria o Documento Único de Cobrança do Estado (DUCE); e o Decreto n.º 21/2023, que institui o Regime de Notificações e Comunicações Electrónicas Fiscais".
A entrada em vigor do IVA, permitiu uma arrecadação, até ao mês de Junho, de um montante aproximado de 16 milhões de Dobras.

Perspectivas

Com a entrada do IVA, em vigor desde o passado dia 1 de Junho do corrente ano, espera-se uma melhoria de receitas tributárias, durante o ano.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA

Situação actual

Durante o 2º trimestre foi testado o Sistema de Informação Tributária do IVA (SIT-IVA) " teste sincronizado de princípio ao fim" pelos técnicos da D.I. O sistema entrou em produção a 1 de Junho de 2023, tendo os contribuintes sido notificados para fazerem a sua inscrição da declaração do início da Actividade.

Perspectivas

Continuidade do funcionamento do SIT-IVA, tendo o NOSI assumido a manutenção do mesmo por um período de 1 (um) ano.

2.2.8 Formação

Situação actual

Neste 3º trimestre não foram efectuados workshops sobre a implementação do IVA, e sobre a utilização do manual do IVA, ministrados por uma consultora externa, no quadro do financiamento do Banco Mundial através da AFAP.

Perspectivas

Perspectiva-se consolidar os conhecimentos adquiridos nas formações ministradas ao longo do ano 2022 e nos 1 e 2º trimestres do ano do presente ano, mediante revisão dos conteúdos ministrados, uma vez que foram disponibilizados slides, *links* e outras ferramentas que permitem aceder a esses conteúdos. Outras eventuais formações estão definidas no plano de formação que constituirá como anexo ao plano de actividades de 2023 já elaborado, que se centram sobre o IVA.

2.2.9 Implementação do plano de Comunicação

Situação actual

Deu-se continuidade de maneira regular à actualização das informações disponíveis no website da DI e à divulgação de informação relevante de carácter fiscal nos ecrãs

disponíveis na DI e através dos meios de comunicação social (rádio e televisão), com a passagem de spots publicitários sobre o IVA e na página do *Facebook* da DI.

Perspectivas

Prevê-se manter a passagem de spots publicitários sobre obrigações fiscais periódicas e sobre o sistema de facturação electrónica e spots sobre o IVA.

2.3 Melhoria da Gestão da Receita

Com a implementação do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e igualmente o Imposto Especial sobre Consumo (IEC) na Importação, bem como o reforço do pessoal na área de Piquete, ou seja, o despacho simplificado nos armazéns, a DGA pretende que as receitas aduaneiras registem uma melhoria.

2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória

Situação Actual

Continua em curso o processo de consolidação do *e-factura*. Foram efectuadas visitas aos sujeitos passivos do regime normal do IVA com o objectivo de informar sobre a necessidade de consolidação do processo de adesão dos mesmos ao *e-factura*.

Perspectivas

Como resultado das visitas que têm sido feitas pela DI a certos e determinados contribuintes, durante os próximos meses espera-se o aumento da adesão ao e-factura, sobretudo por parte dos sujeitos passivos do IVA, na sequência da implementação efectiva deste imposto.

2.3.5 Upgrade do Sistema de Gestão dos Impostos

Situação Actual

A hipótese de financiamento desta actividade será avaliada no quadro do próximo projecto do BAD, caso haja disponibilidade financeira para o efeito.

2.4 Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe

2.4.1. Reforço dos valores aduaneiros, capacitação e evolução dos recursos humanos

2.4.1.1 Capacitação e Formação

Situação actual

Relativamente a capacitação e formação neste terceiro trimestre realizaram-se formações externas no âmbito do Encontro de Trabalho das Administrações Aduaneiras

da CPLP em Macau de 20 Julho a 04 de Agosto do corrente ano, onde abordou-se tema sobre o Acordo de Dupla Tributação, em que participou uma técnica da DGA.
Também houve o reforço do pessoal na área de Piquete, ou seja, o Despacho simplificado nos armazéns, bem como na delegação aduaneira do aeroporto. Teve-se um reforço na capacidade inspectiva e de controlo, bem como adoptou-se procedimentos céleres.

Perspectivas

Os conhecimentos da acção de formação, acima mencionada irão materializar no T4 deste ano nas estâncias marítima do porto de Ana Chaves e na Delegação Aduaneira do Aeroporto.

2.4.2 Modernização e actualização do quadro legal aduaneiro

2.4.2.1 Revisão do Código Aduaneiro e integração de novos Regime das Infracções e do contencioso Aduaneiro

Situação actual

Relativamente a revisão do Código Aduaneiro a sua actualização será feita no último trimestre deste ano, são acções elencadas no segundo eixo do Plano de Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo (Modernização e actualização do quadro legal aduaneiro).

Perspectivas

Tendo em conta que alguns diplomas carecem de actualização, dar-se a continuidade à revisão do Código Aduaneiro e igualmente a revisão das Infracções Aduaneiras noT4, já que são actividades inscritas no plano das actividades programadas para este ano

2.4.5 Reforço da excelência, objectiva, transparência e da capacidade de modernização

2.4.5.2 Melhoria das políticas de comunicação e divulgação dos procedimentos e resultados da actividade aduaneira

Situação actual

No âmbito do Comité de Facilitação de Comercio cuja Presidência está sob égide da Administração Aduaneira e o secretariado está a cargo da Direcção do Comércio, neste T3 foi apresentado o Portal do Comércio Externo das Alfândegas, tendo ficado perceptível a mais-valia que o portal vai promover na divulgação das informações, normas e procedimentos do comércio externo.

2.6 Auditoria Fiscal

2.6.2 Estruturação da função de Auditoria

Situação actual

As equipas de fiscalização do departamento de Fiscalização e Acção fiscal foram reforçadas com técnicos de outros departamentos e realizaram várias auditorias internas e externas, a maioria delas referentes ao risco.

2.6.5.2 Definição do Plano de Acção de auditoria

Situação actual

Iniciou-se a implementação o plano de auditoria pós-desalfandegamento com o objectivo de verificar a conformidade legal do movimento internacional de mercadorias e bens, bem como a necessidade de fazer conciliar a princípio de facilitação do comércio.

Perspectivas

Prevê-se a continuidade da aplicabilidade do plano até o final do corrente ano.

2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.1 Definição do conceito de atrasado

Situação actual

Deu-se continuidade ao pagamento das dívidas fiscais regularizadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2022 sobre as Medidas de Carácter Excepcional de Incentivo ao Pagamento de Dívidas Fiscais em Atraso.

Perspectivas:

Espera-se que num futuro mais próximo, a DI, após a análise e saneamento das dívidas existentes na sua base de dados, com o objectivo de definir o stock das dívidas, estruturando-as em cobráveis e incobráveis, será possível alcançar uma maior cobrança.

PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objectivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.
Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Pendente
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Em execução
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

3.1 Modernização da Gestão da dívida pública

3.1.2 Melhoria das Operações

3.1.2.1 Emissão e Gestão da Dívida

Situação actual

Durante o período foram anunciados a emissão de OT's no valor 300.000.000 Dbs (trezentos milhões de dobras), das quais foram colocados 43.700.000 Dbs (quarenta e três milhões e setecentos mil dobras). Igualmente procedeu-se à emissão regular de BT's durante o trimestre.

No que se refere aos regulamentos relativos ao Comité Nacional da Dívida e o Comité de Gestão e Seguimento da Dívida, criados nos termos dos artigos 15.º e 16.º da Lei-Quadro da Dívida Pública, estes não foram aprovados durante o 3º trimestre.

Perspectivas

Espera-se que os regulamentos possam ser aprovados durante o ano 2023, a fim de dar cumprimento as acções programadas sobre a gestão da dívida pública no âmbito da reforma das finanças públicas.

3.1.2.4.Elaboração do Plano Anual de Endividamento Público

Situação actual

Iniciou-se a preparação do Plano Anual de Endividamento, conforme os artigos 12º e 3º da Lei-Quadro e do Regulamento da Lei-Quadro da Dívida Pública, respectivamente. Este plano será parte integrante da Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2024.

Perspectivas

Esta actividade será finalizada no 4º trimestre aquando da entrega do OGE 2024.

3.1.3 Sistema de Informação para a gestão da dívida

3.1.3.2 Desenvolvimento do sistema de informação

Situação actual

Estão em curso discussões com o Banco Mundial para se redefinir o processo de contratação dos programadores do sistema.

Perspectivas

Espera-se a conclusão do processo de definição da modalidade de contratação dos programadores durante o ano 2023.

3.2 Tesouraria

3.2.3 Acordo com os Bancos para saldos e movimentos das Contas

3.2.3.2 Controlo das Contas da Administração Central

Situação actual

Em relação ao controlo de contas, a DT vem continuando esse exercício, na qual tem havido algumas melhorias e durante o trimestre também deu-se o início à criação de uma lei para a regularização e melhoria na utilização das contas, junto aos bancos comerciais.

Perspectivas

Perspectiva-se para o próximo trimestre que esta actividade conheça melhorias mais significativas com a aprovação deste diploma legal para o controlo destas contas

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objectivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Publicas reforçada
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso

Neste Programa temos atrasos substanciais na prestação de serviços de AT, para a melhoria da Governança e Seguimento das Empresas Públicas.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

4.1 Governança Reforçada das EPs

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Situação actual

A assistência técnica para implementação das recomendações saída de auditoria do exercício 2017- 2018 feita a 4 empresas públicas, está sendo alinhada nos moldes exigidos pelo BM.

Perspectivas

Espera-se reuniões com os gestores das EP´s no sentido de informar e sensibilizá-los para AT de implementação das recomendações a decorrer a partir da 2ª quinzena de Novembro.

4.1.3 Assistência Técnica à equipa de seguimento das EPs

Situação actual

A equipa de seguimento das *EP's* da DT encontra-se reduzida a dois elementos. A ferramenta de verificação de saúde das empresas, que se dispõe para elaboração de relatórios consolidados, está inoperante, dado que para o seu funcionamento é necessário pelo menos a versão Excel 2013 ou numa versão posterior**.**

Perspectivas

Perspectiva-se obter um Office compatível, para que a ferramenta possa estar totalmente funcional, bem como o reforço da equipa de seguimento das EP's da DT.

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa Operacional visa aumentar o *value for Money* dos investimentos públicos, através da criação da infra-estrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.
Desde o início do PARFIP II, no quadro deste programa tem-se constatado, a nível da execução das actividades, vários atrasos em relação com às actividades inicialmente previstas.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Para a consecução dos produtos não foram executadas nenhuma das acções integradas nas componentes.

5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada

5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projectos

A qualidade dos projectos de investimento não foi melhorada, pela falta de aprovação do quadro regulamentar e também pela falta de disseminação e utilização do manual de formulação e avaliação dos projectos de investimento público.

Significativos progressos foram realizados para a formulação, avaliação e selecção dos projectos, com a elaboração dos seguintes:

1. Projecto da lei que cria o sistema nacional de investimento publico em STP (lei não aprovada);
2. Regulamento do sistema nacional de investimentos públicos do STP (decreto não assinado);
3. Matriz de enquadramento lógico do projecto (MEL);

4. Manual de formulação e avaliação dos projectos públicos;
5. Ficha de projectos,
6. Metodologia de avaliação económica de projectos de investimento público de projectos de educação;
7. Metodologia de avaliação económica de projectos de saúde;
8. Metodologia simplificada de avaliação económica de projectos de edifícios públicos administrativos;
9. Metodologia simplificada de avaliação económica de projectos de rodovias.

Situação Actual

O SNIP não está aprovado nem operacional no Pais, pelas pendências para a sua formalização e operacionalização.
O Manual de Formulação e Avaliação de Projectos de Investimento Públicos foi elaborado e apropriado pela Direcção do Planeamento. Todavia, a sua disseminação junto aos restantes sectores e a operacionalização está pendente.
Também, a existência de várias metodologias poderia criar confusão sobre a metodologia a ser utilizada pelos sectores, sem a devida clarificação, disseminação e uniformização da formulação, avaliação e selecção/priorização dos projectos de investimento.

Perspectivas

A DP com o apoio do GARFIP e a sua assistência técnica iniciaram os trabalhos necessários para a formalização do quadro institucional e a disseminação das metodologias, apresentadas acima, que poderia também ser apoiada com a elaboração dos TDR's para a contratação de um consultor para elaboração e a disseminação de uma Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projectos, conjuntamente com os especialistas da DP.

5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projectos

Situação actual

A Direcção do Planeamento dispõe de uma versão preliminar do Relatório de Avaliação de Riscos Climáticos ao Nível Local.

Perspectivas

No ano de 2024 ir-se-á avançar com a validação, conjuntamente com os técnicos sectoriais, do relatório preliminar de Avaliação de Riscos Climáticos ao nível Local.

5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriaiscomplementar de elaboração e avaliação de projectos

Situação actual

As metodologias foram elaboradas, faltando, no entanto, a sua disseminação junto aos sectores.

Perspectivas

Durante o ano de 2024 prevê-se a disseminação das metodologias.

5.2.3.1 Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projectos

Situação actual

A Direcção do Planeamento tem na sua posse um instrumento que permite gerir e priorizar os projectos, elaborada por um consultor contratado pelo *NDCPartnership*.

Perspectivas

Prevê-se a disseminação deste instrumento e aprimorar a sua utilização técnica junto aos sectores.

5.2.3.2 Estimação dos parâmetros para avaliação dos projectos

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas

Existe a necessidade de contratar um consultor internacional para definir a estimação dos parâmetros e aprimorar a prática na utilização da matriz de priorização dos projectos.

5.2.4 Plano de reforço de capacidade na metodologia de investimento Público (PIM)

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas

Existe a necessidade de elaboração de um plano estruturado para implementar o SNIP com base na metodologia de avaliação dos projectos e para capacitar os técnicos da Direcção do Planeamento e dos diferentes Gabinetes de Estudos sectoriais.

5.3 Sistema de M&A funcional

5.3.3 Implementação de Sistema de Informação M&A

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Situação actual

A base de dados STPDados instalada e em funcionamento

Perspectivas

Dever-se-á capacitar os técnicos da Direcção do Planeamento e dos Gabinetes de Estudos sectoriais na alimentação, utilização e manutenção da base de dados com informação para os indicadores.

5.4 Alocação de Recursos optimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e-SNIP criado

Situação actual

Esta actividade não foi realizada durante o trimestre.

Perspectivas

Existe um conjunto de instrumentos e mecanismo que devem ser aprovados e disseminados antes de se iniciar o desenho e o desenvolvimento/comprado sistema de informação de suporte ao SNIP (aprovação da lei, capacitação dos técnicos, entre outros).

5.5 Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Situação actual

A base de dados está disponível na DITEI, sobre a responsabilidade desta, com financiamento do QIR.

Perspectivas

Prevê-se a aquisição equipamentos informáticos, mobiliários e uma viatura, bem como a capacitação dos técnicos de Direcção do Planeamento e outros sectores afectos, permitindo a recolha das informações.

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcional o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação financeira e aquisições eficientes e integrados	Atraso
Produto 2	Controlos Internos	Atraso menor
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	Conforme previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

6.3 Gestão do pessoal melhorado

6.3.1 Análise funcional das estruturas da AP

Situação actual

Foi aprovada a Estratégia da Reforma da Administração Pública 2023-2026. No Eixo I da Estratégia (Valorizar e Investir nos Recursos Humanos)-

a) Foi criada a Equipa de Monitorização dos Recursos Humanos na Administração Pública, com objectivo de obter informações credíveis sobre o número de funcionários e agentes da função pública, bem como conhecer os funcionários públicos que estão de licença, destacados, promovidos, dentre outros.

b) Foi criada a equipa de Informáticos para a criação de Base de Dados dos funcionários públicos, no sentido de ter informações de funcionários públicos actualizados.
c) Foi aprovada em Conselho de Ministro o Estatuto da DNAP, com objectivo de reforçar as suas atribuições e competências, passando a dispor de quadro privativo enquanto instituição que faz a fiscalização prévia dos actos relativos aos recursos humanos e integrando a IGAP na DNAP.
d) Projecto de Criação da Escola de Formação de Justiça e Administração Pública.

Perspectivas

6.3.2 Revisão do Decreto 54/2014

Situação actual

Foi aprovado o Estatuto da DNAP, neste sentido a IGAP irá integrar um dos Serviços da DNAP.

6.3.4 Definição dos critérios de avaliação de desempenho

Situação actual

Esta actividade tem sido anualmente programada, mas infelizmente não tem sido materializada devido à falta de elementos fulcrais para dar início ao processo, a saber: organização principalmente das Direcções Administrativas e Financeiras no que diz respeito a organização dos arquivos e processos individuais, as definições de funções dos trabalhadores, alinhamento dos objectivos dos funcionários com os da organização.

Perspectivas

Ir-se-á criar a comissão nacional da avaliação de desempenho e elaborar um diploma especial para a composição e normas de funcionamento e orgânica da referida comissão, por parte da AP e outras actividades que deverão ser incorporadas para garantir o sucesso dessa implementação
Dever-se-á continuar as *démarches* para a DNAP, em conjunto com as instituições, reorganizarem os serviços de recursos humanos.

6.3.7 Capacitação das estruturas

Situação actual

Deslocação de 2 (dois) inspectores dirigentes à IGF de Portugal, em Lisboa afim de participarem numa visita de estudo.

Perspectivas:

Participação da IGF-STP na X Conferência dos Organismos Estratégicos do Controlo Interno (OECI) da CPLP, de 22 a 24 de Novembro do corrente ano, a realizar-se em Cabo

Verde. Para o próximo trimestre, esperemos que o plano de formação possa ser materializado.

6.4 Estrutura do pessoal racionalizado

6.4.1 Actualização dos quadros do pessoal

Situação actual

Foi criada a Equipa de Monitorização dos Recursos Humanos na Administração Pública, com objectivo de obter informações credíveis sobre o número de funcionários e agentes da função pública, bem como conhecer os funcionários públicos que estão de licença, destacados, promovidos, dentre outros, (fonte e valor do financiamento OGE).

Perspectivas

Deverá estar concluída a monitorização as informações a fim de serem enviadas ao Sistema de Base de Dados para actualização

6.5 Sistema de informação da administração pública funcional

6.5.1 Criação da BD dos funcionários

Situação actual

Foi criada a equipa de Informáticos do Ministério da Justiça e INIC para a criação da Base de Dados dos funcionários públicos, no sentido de ter informações de funcionários públicos actualizados, com financiamento do OGE.

Perspectivas

Perspectiva-se o que a Base de Dados entre em funcionamento até o final do ano 2023.

6.5.2 Integração com o SIGESA

Situação actual

Está em curso uma série de acções para o funcionamento da Base de dados de Administração Pública, que por sua vez culminará com a sua integração com SIGESA.

Perspectivas

A realização desta acção está programada para o próximo trimestre.

6.6 Abrangência da auditoria interna alargada

6.6.4 Qualidade das auditorias internas melhorada

6.6.4.2 Actualização do plano de actividades anuais

Situação actual

Foi efectuado a rectificação do cronograma de auditorias programadas para o ano de 2023. Assim, relativamente às auditorias realizadas, durante 3.º trimestre em relação a 2.º trimestre, o desempenho foi mais eficaz de salientar, que neste trimestre concluiu-se 5 (cinco) auditorias, nomeadamente:

1. Direcção Administrativa e Financeira do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do MADRP;
2. Direcção das Pescas do MADRP;
3. Câmara Distrital de Cauê;
4. Cofre da Direcção Geral do Registo e do Notariado;
5. Auditoria financeira à Missão Diplomática da R.D.S.T.P, na República do Gabão.

Das 3 (três) auditorias que estavam em curso no trimestre anterior, já se encontram na fase do contraditório, designadamente:

1. Área de Saúde de Mé - Zochi;
2. Auditoria Financeira Quadro Integrado Reforçado (QIR);
3. Direcção da Protecção Social, Solidariedade e Família.

Igualmente, encontra-se em fase provisória a auditoria à Área de Saúde de Água-Grande.

Perspectivas

- ✓ Aprovação do Estatuto Orgânico da IGF: aprovado pelo Conselho dos Ministros, faltando a sua promulgação
- ✓ Concluir as auditorias que se encontra na fase do contraditório e dar inicio às novas auditorias.

6.6.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

6.6.5.1 Capacitação de técnicos por troca de experiência de sistemas semelhantes

Situação actual

Não houve evoluções durante o trimestre.

Perspectivas

Aguardamos que seja feita essa troca de experiência com o Tribunal de Contas.

6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema de informação

Situação actual

O Sistema de Gestão das Recomendações, já foi alojado no servidor da DITEI ,entretanto, a IGF ainda não tem acesso ao referido sistema.
Desenvolvimento do site da IGF, ainda não se encontra concluído.

Perspectivas

Perspectiva-se que a DITEI possa criar as condições técnicas para que o pessoal da IGF tenha acesso ao Sistema de Gestão das Recomendações e que se conclua o desenvolvimento do website da IGF.

6.6.5.5 Aquisição de duas viaturas para IGF

6.6.5.6 Elaboração de novo plano Estratégico da IGF 2023-2026

6.6.5.7 Reabilitação/relocação do espaço da IGF

6.6.5.8 Aquisição de mobiliários de escritório

6.6.6 Elaboração de novo plano Estratégico da IGF 2023-2026

Situação actual

Foi elaborado e apresentado o orçamento para estas actividades aos parceiros externos (BAD), no quadro do PAGEF II.

Perspectivas

Aguarda-se o feedback dos parceiros e, consequentemente, o financiamento para realização das referidas actividades.

6.8 Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.1 Definição de arquitectura do sistema do SAFE-e

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

6.8.1.3 Melhoria ou um sistema de informação novo para a gestão orçamental - SAFE-e

Situação actual

No que se refere ao SAFE-e foi seleccionado um consultor para efectuar a avaliação do SAFE-e e demais sistemas de informação orçamentais existentes e propor vias para a sua melhoria/substituição.

Perspectivas

No último trimestre do ano terá inicio o trabalho do consultor esperando-se um relatório preliminar contendo as principais conclusões e recomendações para finais de Dezembro de 2023.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infra-estruturas tecnológicas

6.8.2.3 Aquisição de equipamentos informáticos, de comunicação e de segurança

Situação actual

Actualmente encontra-se em fase de avaliação das candidaturas do concurso público, financiado pelo BAD, para a aquisição de computadores portáteis para a direcção, que apoiarão na prestação de serviço.
Quanto aos equipamentos de comunicação e de segurança, bem como os equipamentos de refrigeração e banco, e os de vídeo vigilância, desconhece-se o estado actual dos processos de aquisição.
No entanto, no final do trimestre, a DITEI recebeu da Direcção dos Impostos, algumas caixas de baterias que contribuíram para aumentar a capacidade energética dos *UPS* e também a capacidade da DITEI em responder as solicitações.

Perspectivas

Aguarda-se o engajamento dos financiadores para aquisição dos equipamentos acima referidos, tornando assim a DITEI mais operacional e dinâmica no cumprimento das suas actividades.

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foram executadas algumas acções integradas nas componentes seguintes:

7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.1 Normas de Contabilidade Modernizadas

7.2.1.3 Formação nas IPSAS

Situação actual

Não se registou qualquer evolução neste trimestre,

Perspectivas

Perspectiva-se uma assistência técnica para desenho de um Plano de Implementação das IPSAS em STP após o início do próximo Projecto Pro-PALOP/TL.

7.2.3 Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014)

Situação actual

Uma missão de Assistência Técnica (AT) no âmbito de Estatísticas de Finanças Públicas (EFP) esteve na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) durante o período de 4 a 15 de Setembro de 2023. A referida missão foi realizada pelo Centro Regional de Assistência Técnica para a África Central (AFRITAC Central) do Fundo Monetário Internacional.

7.2.6 Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento

7.2.6.1 Definição do formato da informação.

Situação actual

Foram realizadas duas formações em Transparência, Responsabilização e Prestação de Contas, destinada às CD's e à RAP nos dias12 e 13 de Setembro em São Tomé e 18 e 19 do mesmo mês na Região Autónoma do Príncipe, com objectivo capacitar os técnicos destes sectores na elaboração e no envio das contas infra-anuais à DCP, de maneira atempada.

Perspectivas:

Em 2024, esta actividade será replicada para os serviços e fundos autónomos.

7.3 Produção atempada de Relatórios

7.3.2 Recuperação do atraso na produção das CGE

Situação actual

A CGE de 2022 está a ser elaborada.

Perspectivas:

Perspectiva-se a entrega da CGE 2022 em Janeiro de 2024.

PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos
Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos
Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade e cobertura da auditoria externa ampliada	Conforme previsto
Produto 2	Seguimento das recomendações reforçado	Conforme previsto
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	Conforme previsto
Produto 4	Reforço da capacidade das OSC	Conforme previsto

Este Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Desde o início do PARFIP II, a quase totalidade das actividades realizadas no quadro deste programa foram executadas de uma maneira atempada.

8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Situação actual

No terceiro trimestre destaca-se a deslocação de 2 auditores para Cabo Verde para participarem na Oficina de Consolidação da Auditoria Coordenada de Áreas Protegidas, realizada no período de 11 a 15 de Setembro. De referir que se trata de uma auditoria coordenada pelo Tribunal de Contas da União (Brasil) no qual participam todos os países PALOP + Timor-Leste.

Perspectivas

Espera-se que o Tribunal de Contas venha a participar nas actividades ou formações proporcionadas pelo IDI (Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI) através do convite do Comité Regional para o reforço das capacidades das Instituições Superiores de Controlo.
Do mesmo modo, fruto da nova dinâmica que está a se implementar, prevê-se para o próximo trimestre a realização de formações internas (denominadas de encontros técnicos) visando reforçar a capacidade dos auditores.

8.1.3.3 Reforço da Comunicação do TC

Situação actual

O Tribunal de Contas tem usado os meios digitais (e-mail corporativo e página Web) para estabelecer comunicação interna e externa, em que o projecto Pro-PALOP/TL foi o impulsionador para o uso desta tecnologia.
Para este trimestre, não houve evolução da situação já descrita para o segundo trimestre, sendo certo que o Tribunal de Contas tem usado os meios digitais (e-mail corporativo e página Web) para estabelecer comunicação interna e externa.

Perspectivas

Perspectiva-se reforçar a comunicação de forma a tornar-se efectiva tanto ao nível interno como externo. Do mesmo modo para o próximo trimestre, fruto da XII Assembleia Geral da OISC/CPLP, a realizar-se na semana de 6 a 10 de Novembro de 2023, cujo tema é Comunicar e promover os valores e benefícios das ISC: comunicação eficaz e relação com as partes interessadas, espera-se vir a elaborar uma estratégia de comunicação para o Tribunal de Contas.

8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais

8.2.2 Desenvolvimento do sistema de informação - aplicativo para melhorar a tramitação processual

Situação actual

A situação permanece igual ao registado no segundo trimestre, enfatizando o facto das tramitações processuais de todas as áreas de actuação do Tribunal de Contas, actualmente estarem a ser feitas directamente no sistema de Gestão Processual (GESPROCESS).

Perspectivas

No próximo trimestre espera-se a elaboração do manual do utilizador, bem como instrução para sua utilização

8.2.4 Operacionalização do seguimento da implementação das recomendações

Situação actual

O Tribunal de Contas neste trimestre realizou algumas acções de seguimento das recomendações emitidas de forma a acompanhar a sua implementação.

Perspectiva

Para o quarto trimestre, com o aumento previsto do número do pessoal, espera-se dinamizar ainda mais o processo de seguimento da implementação das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas.

8.3 Cobertura da auditoria aumentada

8.3.2 Adequação das estruturas e meios financeiros, humanos e materiais

Situação actual

Iniciou-se o processo de recrutamento do pessoal de forma a adequar a sua estrutura e poder aumentar a cobertura das auditorias, mas não se conseguiu finalizar o referido concurso.

Perspectivas

Espera-se retomar o processo de recrutamento do pessoal, com pessoal qualificado e em números suficientes para dar respostas às missões de auditoria programadas.

8.3.4 Parecer sobre as CGEs

Situação actual

Finalizou-se o Parecer preliminar sobre a Conta Geral do Estado de 2020, que será remetido para o contraditório no início do quarto trimestre.
Igualmente, neste trimestre o Tribunal de Contas deu início a análise da Conta Geral do Estado de 2021, sendo que o parecer sobre mesmo será concluído no quarto trimestre.

Perspectivas

No quarto trimestre o Relatório Preliminar para emissão do parecer sobre a CGE 2020 será submetido para o exercício do contraditório, e espera-se submeter nesse trimestre o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2020 à Assembleia Nacional.
Para o quarto trimestre prevê-se igualmente continuar com a fase de estudo e análise da Conta Geral do Estado do ano 2021.

8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada

8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE

Situação actual

A 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional (Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento), analisou, elaborou e aprovou o Parecer sobre as Contas Gerais do Estado dos anos 2018 e 2019. O referido Parecer foi submetido à Mesa da Assembleia Nacional em 22/09/2023.

Perspectivas

Prevê-se que a discussão do Parecer, na generalidade, especialidade e final global pela Reunião Plenária, tenha lugar no dia 03 de Novembro de 2023.

Prevê-se receber nesse trimestre o Parecer do TC sobre a CGE de 2020.

8.5 Escrutínio das OSC's funcional

8.5.1 Reforço das capacidades da Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Situação actual

Durante o trimestre e com base nas lições aprendidas da primeira edição, foi iniciado o processo de capacitação das equipas da FONG-STP para a segunda avaliação sobre a Corrupção e Governação em STP, cujos resultados são apresentados neste relatório. O relatório avalia dois tipos de indicadores, em simultâneo: os *quantitativos* que permitem estabelecerem o índice numa escala de 0 a 100 e os *qualitativos* que permitem recolherem as percepções dos entrevistados sobre o contexto e as causas da avaliação feita em cada um dos indicadores.

Nesta base foi concluído o relatório da 2.ª edição do índice sobre a corrupção e governação, com os seguintes resultados:
Sob o ponto de vista quantitativo, que resume os pontos obtidos em cada indicador em 2023, o ICG – STP foi de 39,5% (4146 pontos) dos 10500 pontos possíveis, com uma média de 2,0 pontos de 0 a 5. Mesmo com ligeiras diferenças, a pontuação de 2023 mostra uma certa conformidade com a percepção dos inquiridos em 2021, em que a média geral foi de 39,8%, com o total de 4179 pontos e uma média de 2,0 pontos de 0 a 5.

Perspectivas

Prevê-se a sua apresentação pública durante o mês de Novembro de 2023, no quadro da Quinzena da Cidadania

_____//_____

III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T3 de 2023

A informação financeira sobre a execução orçamental do PARFIP II durante o T3-2023 continua sendo um desafio. A informação sobre a execução do orçamento do PARFIP II no 3º trimestre de 2023 continuou sofrendo pela falta de informação recebida pelos parceiros de desenvolvimento e também do Governo, algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Com o relatório financeiro, na continuidade, pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado no MIR, para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação, sobre os financiamentos 2023 pelos parceiros e pelo Governo, não permite de preencher a parte das fontes e da execução orçamental do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		3º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	?		-	0%	389,581	389,581	N/D	0%	28,846,728	28,846,728	N/D	0%
2	Uniao Europeia	?		-	0%	250,000	6,125,000	N/D	0%	400,000	9,800,000	N/D	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	?		-	0%	1,500,000	30,450,000	N/D	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
5	Pro-Palop	?		-	0%	117,000	2,375,100	N/D	0%	239,381	5,864,832	N/D	0%
6	PNUD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
	Total Recursos	-	-	-	0%		39,339,681	-	0%		111,922,407	16,386,343	14.6%
						Equ. Euros	1,605,701	-		Equ. Euros	4,568,262	668,830	

*Nota be*m: O valor total das reformas em Dobras é estimativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

Usos de fundos 1/2

FONTES E USOS		3º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
II	Usos												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	175,500	4,299,750	-	0%	702,000	17,199,000	N/D	0%	1,154,400	28,282,800	212,496	1%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	112,500	2,756,250		0%	450,000	11,025,000		0%	850,000	20,825,000	212,496	1%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-		0%		-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-		0%		-		0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	60,000	1,470,000		0%	240,000	5,880,000		0%	240,000	5,880,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	3,000	73,500		0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base	31,548	772,914	N/D	0%	126,190	3,091,655	N/D	0%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	21,298	521,789		-100%	85,190	2,087,155		0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	10,250	251,125		-100%	41,000	1,004,500		0%	110,000	2,695,000		0%
1.3.	QDMP global	-	-		0%	-	-		0%	133,000	3,258,500	-	0%
PO. 2	Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita	96,750	2,370,375	N/D	0%	387,000	9,481,500	N/D	0%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	17,500	428,750		-100%	70,000	1,715,000		0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	42,500	1,041,250		-100%	170,000	4,165,000		0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	-	-		0%	-	-		0%	420,000	10,290,000		0%
2.4.	Plano de Comunicaçao (Contribuinte Informado)	-	-		0%	-	-		0%	150,000	3,675,000		0%
2.5.	Gestão de risco operacional	15,000	367,500		-100%	60,000	1,470,000		0%	270,000	6,615,000		0%
2.6.	Auditoria eficaz	21,750	532,875		-100%	87,000	2,131,500		0%	132,000	3,234,000		0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-		0%	-	-		0%	163,000	3,993,500		0%
PO 3.	Melhoria da gestão da divida pública e tesouraria	82,370	2,018,065	N/D	0%	329,480	8,072,260	N/D	0%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	58,400	1,430,800		-100%	233,600	5,723,200		0%	590,283	14,461,930		0%
3.2	Tesouraria	23,970	587,265		-100%	95,880	2,349,060		0%	194,810	4,772,845		0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-	89,750	2,198,875	N/D	0%	359,000	8,795,500	N/D	0%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	64,000	1,568,000		-100%	256,000	6,272,000		0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	5,750	140,875		-100%	23,000	563,500		0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-		0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

Usos de fundos 2/2

FONTES E USOS		3º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	67,125	1,644,563	N/D	0%	268,500	6,578,250	N/D	0%	963,200	23,598,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.2.	Qualidade dos projetos de investimento melhorada	19,750	483,875		-100%	79,000	1,935,500		0%	400,000	9,800,000		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos optimizada	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)	135,875	3,328,938	N/D	0%	543,500	13,315,750	N/D	0%	1,612,103	39,496,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	40,000	980,000		0%
6.2.	Controlo de despesas salariais eficiente	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	160,000	3,920,000		0%
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	4,500	110,250		-100%	18,000	441,000		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	13,375	327,688		-100%	53,500	1,310,750		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	510,513	12,507,579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	85,000	2,082,500		-100%	340,000	8,330,000		0%	585,000	14,332,500		0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	38,875	952,438	N/D	0%	155,500	3,809,750	N/D	0%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	35,550	870,975		
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120	-	0%
7.3	Produção atempada de relatórios	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	62,500	1,531,250		
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	37,500	918,750	N/D	0%	150,000	3,675,000	N/D	0%	982,870	24,080,315	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	334,918	8,205,491		0%
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	235,956	5,780,922		0%
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	45,000	1,102,500		0%
8.4	Capacidade de escrutinio da AN reforçada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	144,246	3,534,027		0%
8.5	Escrutinio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		0%
	Total Aplicado no PARFIP II	755,293	18,504,666		-100%	3,021,170	74,018,665	N/D	0%		270,582,338	16,602,696	6%
										(aprox.)	11,044,177	Euros	

IV. Próximos passos

Neste capítulo estão apresentadas as perspectivas das reformas e as principais recomendações para a maximização do impacto das reformas.

Perspectivas das Reformas GFP

Tendo em conta que, as acções planeadas para o resto do ano 2023 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, e que o período de validade da ERGFP chega a seu termo no final de 2023, dos Parceiros no quarto trimestre do ano está prevista a actualização da Estratégia das Reformas GFP e do seu plano de acção para o período 2024-2026.

Principais Recomendações

A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e o atingir os objectivos da Reformas, as seguintes acções são recomendadas:

a) Actualização e a modernização da lei SAFE;
b) Melhoria e respeito dos procedimentos durante a execução do orçamento e a contabilização das despesas;
c) Melhoria dos prazos e da qualidade da prestação de contas das CD's, da RAP e dos Fundos e Serviços autónomos;
d) Substituição do sistema electrónico nacional SAFE-e e a sua descentralização simultânea, para as CD's, a RAP e Fundos e Serviços autónomos;
e) Apoio ao TC no processo de melhoria dos seus procedimentos para a auditoria da CGE de maneira atempada e conforme as melhores práticas internacionais;
f) Melhoria da governança do sector empresarial do Estado e actualização do quadro institucional da DT para que cumpra as suas funções de accionista do Estado e a implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
g) Retoma do processo capacitação da equipa da DT que acompanha as EP's e de elaboração dos relatórios anuais sobre o desempenho do sector empresarial do Estado;
h) Iniciar a actualização da ERGFP e do PARFIP para o período 2024-2026, na sequência das instruções de S.E. o MPFEA.

_____ // _____